

suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

6.7 Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). Os títulos recebíveis passam por todas as etapas de cobrança (Cobrança Interna, Serasa, Assessoria terceirizada e Comitê Jurídico) e após esgotadas todas as possibilidades de recuperação os valores não liquidados serão efetivamente contabilizados como incobráveis, dentro dos seguintes parâmetros:

- Valores abaixo de R\$ 15.000,00: Após 90 dias de vencido;
- Valores acima de R\$ 15.000,01: Após 360 dias de vencido.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

6.8 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

6.9 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do período.

6.10 Arrendamentos

No início de um contrato, a companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, A Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente

A companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da companhia. Geralmente, a companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
 - pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
 - valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
 - o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento
- O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se A Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

6.11 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020;
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1); IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2); e
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8)

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Bancos - contas-correntes	62	279
Aplicações Financeiras	33	380
	95	659

9. Contas a receber de clientes

	2022	2021
Publicidade	828	959
Permuta	132	56
Outros	449	470
Provisão para devedores duvidosos	(688)	(696)
	721	789

O contas a receber de clientes tem a seguinte composição por idade de vencimento:

	2022	2021
A vencer	440	687
Vencidos até 30 dias	80	66
Vencidos de 31 até 60 dias	25	8
Vencidos de 61 até 90 dias	11	9
Vencidos de 91 a 180 dias	30	16
Vencidos acima de 181 dias	694	699
	1.280	1.485

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A Sociedade possui normas para o monitoramento de créditos e duplicatas vencidas, sendo o risco exposto ao saldo advindo da possibilidade de não recebimentos dos valores decorrentes de operações de venda. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise das contas a receber em aberto da Sociedade e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber em aberto. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

Em 31 de dezembro de 2020	(733)
Complemento de provisão	37
Em 31 de dezembro de 2021	(696)
Reversão de provisão	8
Em 31 de dezembro de 2022	(688)

10. Imobilizado

	2022		2021	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	33	(28)	5	8
Aparelhos de Comunicação	15	(5)	10	12
Benefitorias em Propriedade de Terceiros	300	(97)	203	215
Total	348	(130)	218	235

A movimentação do ativo imobilizado, segregada entre custo e depreciação acumulada, está demonstrada a seguir:

	Máquinas e equipamentos	Aparelhos de Comunicação	Benefitorias em Propriedade de Terceiros	Líquido
Saldo em 31/12/2020	12	13	227	252
Depreciação	(4)	(1)	(12)	(17)
Saldo em 31/12/2021	8	12	215	235
Depreciação	(3)	(2)	(12)	(17)
Saldo em 31/12/2022	5	10	203	218

Revisão e ajuste da vida útil estimada

A administração revisou os prazos de vida útil e valores residuais dos ativos e nenhum ajuste foi necessário.

Redução ao valor recuperável

De acordo com as normas descritas no CPC 1 - Redução ao valor recuperável de ativos, o ativo imobilizado da Companhia tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de *impairment*.

Ativos dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não possui bens dados em garantia para processos judiciais.

11. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de fornecedores, é no montante de R\$147 (R\$144 em 2021) referem-se basicamente a contas a pagar a fornecedores de publicidade, prestadores de serviços, comissão sobre vendas, entre outros.

12. Obrigações sociais e trabalhistas

	2022	2021
Provisão para férias e encargos	294	268
Obrigações previdenciárias e sociais	177	212
Outras	8	6
	479	486

13. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

a) Riscos cíveis e trabalhistas provisionados

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a companhia e suportados por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante e para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir.

	Cíveis	Trabalhistas (I)	Total
Saldo em Janeiro de 2022	(133)	(291)	(424)
Adições	(185)	(55)	(240)
Baixas	59	61	120
Saldo em Dezembro 2022	(259)	(285)	(544)
Depósitos judiciais	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em Janeiro de 2022	25	84	109
Adições	-	62	62
Atualizações	-	10	10

Baixas	(25)	(52)	(77)
Saldo em Dezembro 2022	-	104	104
Total de riscos provisionados - 2022	(259)	(181)	(440)
Provisões passivas	Civeis	Trabalhistas (i)	Total
Saldo em Janeiro de 2021	(232)	(227)	(459)
Adições	-	(64)	(64)
Baixas	99	-	99
Saldo em Dezembro 2021	(133)	(291)	(424)
Depósitos judiciais	Civeis	Trabalhistas	Total
Saldo em Janeiro de 2021	45	80	125
Atualizações	-	4	4
Baixas	(20)	-	(20)
Saldo em Dezembro 2021	25	84	109
Total de riscos provisionados - 2021	(108)	(207)	(315)
(i) Contempla reclamatórias trabalhistas os quais envolvem pedidos de horas extras, seguro desemprego, danos morais, comissões, prêmios de vendas, participações lucros e outros pedidos. Além de reclamatórias civeis relacionadas a danos morais e materiais decorrentes de erros de publicação de anúncios veiculados ou matérias jornalísticas.			
b) Contingências possíveis			
Há também outros processos ou autuações fiscais que ocorreram no curso normal dos negócios. A Sociedade, com base na opinião de seus advogados, considera que um resultado desfavorável é possível. O valor estimado para a ocorrência de eventual perda em 31 de dezembro de 2022 é de aproximadamente R\$ 142 (R\$ 216 em 2021).			
c) Riscos sociais, tributários e outros provisionados e depósitos judiciais			
Provisões passivas		Sat/Fap	Total
Saldo em Janeiro de 2022		(706)	(706)
Atualizações		(47)	(47)
Saldo em Dezembro 2022		(753)	(753)
Depósitos judiciais		Sat/Fap	Total
Saldo em Janeiro de 2022		706	706
Atualizações		47	47
Saldo em Dezembro 2022		753	753
Total de riscos provisionados - 2022		-	-
Provisões passivas		Sat/Fap	Total
Saldo em Janeiro de 2021		(869)	(869)
Atualizações		(22)	(22)
Baixas		185	185
Saldo em Dezembro 2021		(706)	(706)
Depósitos judiciais		Sat/Fap	Total
Saldo em Janeiro de 2021		690	690
Atualizações		16	16
Saldo em Dezembro 2021		706	706
Total de riscos provisionados - 2021		-	-
14. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos			
a) Reconciliação do cálculo do imposto de renda e contribuição social			
	2022	2021	
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(159)	78	
Resultado Ajustado	(159)	78	
Alíquota (%)	34%	34%	
Imposto de Renda e Contribuição Social aplicados à alíquota	(54)	27	
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base negativa de CSLL	-	(12)	
Despesas Indedutíveis, Outras (adições) exclusões, Líquidas	39	5	
Outras (adições) exclusões, Líquidas	10	-	
Prejuízo Fiscal de IRPJ e Base Negativa de CSLL não reconhecidos	5	-	
IRPJ e CSLL no exercício	-	20	
Imposto de renda e CSLL corrente	-	20	

15. Receita	2022	2021
Receita operacional bruta		
Publicidade	4.553	4.304
Vendas de jornais	632	655
	5.143	4.959
Deduções		
Impostos incidentes	(265)	(255)
Total de receita líquida	4.920	4.704
16. Informação sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado		
A Sociedade apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:		
	2022	2021
Despesa de pessoal	(2.198)	(2.232)
Serviços prestados	(1.334)	(1.199)
Propaganda	(245)	(229)
Depreciação	(17)	(18)
Comissão vendas	(227)	(119)
Outras Despesas	(874)	(950)
Total despesas	(4.895)	(4.747)
Custo dos Serviços Prestados	(2.676)	(2.700)
Despesas com Vendas	(1.123)	(869)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.096)	(1.178)
	(4.895)	(4.747)
17. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		
A composição de outras despesas operacionais é como segue:		
	2022	2021
Provisão para riscos tributários, civeis e trabalhistas	(233)	135
Total de outras receitas/despesas operacionais	(233)	135
18. Resultado financeiro		
a) Receitas financeiras		
	2022	2021
Juros sobre aplicações financeiras	40	11
Juros ativos	58	21
Outras receitas financeiras	18	9
Total de receitas financeiras	116	41
b) Despesas financeiras		
	2022	2021
Juros passivos	(48)	(22)
Outras despesas financeiras	(19)	(32)
Total de despesas financeiras	(67)	(54)
19. Seguros		
Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros estabelecido pela administração da Sociedade para cobrir eventuais sinistros contra incêndio e outros danos sobre o imobilizado e responsabilidade civil montava a quantia de R\$ 73 (R\$ 73 em 2021).		
20. Aprovação das demonstrações financeiras		
A administração da Sociedade aprovou as demonstrações financeiras em 24 de março de 2023.		
Guilherme Doring da Cunha Pereira	Marcelo Fabiano de Souza Palombo	
Diretor	Contador – CRC/PR PR-056390/O-5	



Anuncie suas
atas e editais
aqui, ligue:

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

**TRI
BU
NA**

Esta página faz parte
da edição impressa
produzida pelo jornal
Tribuna do Paraná

BOM PASTOR S.A.

CNPJ: 81.309.825/0001-94

Para versão digital acesse o link:
tribunapr.uol.com.br/publicidade-legal/anunciante/bom-pastor-s-a/

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

ATIVO	Nota Explicativa	2022	2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	2022	2021	2022	2021
CIRCULANTE				CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	(3)	26.643,99	64.466,85	Fornecedores	(6)	2.727,00	2.475,00		
				Empréstimos e financiamentos	(7)	-	2.000,00		
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		26.643,99	64.466,85	Obrigações fiscais e tributárias	(8)	6.634,44	-		
				TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		9.361,44	4.475,00		
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Outros empréstimos a receber	(4)	2.726.770,36	2.726.770,36	Capital social	(10.a)	1,00	1,00		
Imobilizado	(5)	170.164,48	170.164,48	Reservas de capital		772.438,31	772.438,31		
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.896.934,84	2.896.934,84	Reservas de lucros	(10.c)	2.184.487,38	2.219.779,34		
				Resultado do exercício		(42.709,30)	(35.291,96)		
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.914.217,39	2.956.926,69		
TOTAL DO ATIVO		2.923.578,83	2.961.401,69	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.923.578,83	2.961.401,69		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021				DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021			
	Nota Explicativa	2022	2021		2022	2021	
RECEITA BRUTA				RECEITAS			
Locação de bens	(11)	160.000,00	-	Vendas de mercadorias, produtos e serviços		160.000,00	-
Impostos sobre vendas	(11)	(5.840,00)	-			160.000,00	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		154.160,00	-	INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
				Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		183.352,15	33.753,57
						183.352,15	33.753,57
LUCRO BRUTO		154.160,00	-	VALOR ADICIONADO BRUTO		(23.352,15)	(33.753,57)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		(23.352,15)	(33.753,57)
Gerais e administrativas	(12)	(183.958,15)	(34.866,97)	VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(29.798,15)	(34.866,97)	Receitas financeiras		226,13	1.255,72
						226,13	1.255,72
RESULTADO FINANCEIRO				VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		(23.126,02)	(32.497,85)
Despesas financeiras	(13)	(821,29)	(732,00)	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Receitas financeiras	(14)	226,13	1.255,72	Impostos, taxas e contribuições			
RESULTADO OPERACIONAL		(30.393,31)	(34.343,25)	Federais		18.155,99	948,71
				Estaduais		606,00	1.113,40
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(30.393,31)	(34.343,25)			18.761,99	2.062,11
Imposto de renda e contribuição social correntes	(9)	(12.315,99)	(948,71)	Remuneração de capitais de terceiros			
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(42.709,30)	(35.291,96)	Juros		59,09	732,00
				Outras		762,20	-
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL - R\$		(0,02)	(0,01)			821,29	732,00
				Remuneração de capitais próprios			
				Lucros retidos / prejuízo do exercício		(42.709,30)	(35.291,96)
						(42.709,30)	(35.291,96)
						(23.126,02)	(32.497,85)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outras reservas	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	1,00	772.438,31	2.233.407,56	-	(13.628,22)	2.992.218,65
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	(35.291,96)	(35.291,96)
Reversão de Reservas	-	-	(13.628,22)	-	13.628,22	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	1,00	772.438,31	2.219.779,34	-	(35.291,96)	2.956.926,69
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	(42.709,30)	(42.709,30)
Reversão de Reservas	-	-	(35.291,96)	-	35.291,96	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	1,00	772.438,31	2.184.487,38	-	(42.709,30)	2.914.217,39

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia, com sede em Curitiba - PR, foi constituída em 27 de dezembro de 1968, tendo como objetivo a administração, locação, compra e venda de imóveis próprios.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A escrituração contábil foi realizada em conformidade com a NBC TG 1000 - Modelo contábil para pequenas e médias empresas.

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

- a) **Caixa e equivalentes de caixa** - Compreendem os saldos de depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- b) **Contas a receber** - As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.
- c) **Ajuste a valor presente** - Não é reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, por não haver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação.
- d) **Imobilizado** - Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.
- A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizadas prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quanto não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.
- e) **Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis** - no final de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.
- f) **Imposto de renda e contribuição social** - São calculados com base no lucro tributável determinado de acordo com a legislação tributária em vigor, com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000,00, e de 9%, respectivamente.
- g) **Ativos e passivos sujeitos a atualização monetária** - Os ativos e passivos em reais e sujeitos à indexação são atualizados monetariamente com base nos índices aplicáveis. Os ganhos e as perdas das variações monetárias são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.
- h) **Contas a pagar aos fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal de negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.
- i) **Provisões** - As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.
- O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).
- j) **Ativos e passivos não circulantes** - Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após doze meses subsequentes a data base das referidas demonstrações financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, se aplicável, até a data do balanço.
- k) **Receitas dos serviços vendidos** - As receitas decorrentes dos serviços vendidos são integralmente reconhecidas no resultado do exercício somente quando:
- i. A Companhia efetuou os serviços vendidos;
- ii. A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos serviços vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais serviços;
- iii. O valor dos serviços pode ser mensurado com confiabilidade;
- iv. É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- v. Os custos incorridos ou a que serão incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

A receita dos serviços vendidos inclui a locação de bens.

- l) **Instrumentos financeiros** - Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e disponíveis para a venda.
- m) **Uso de estimativas** - A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando estimativas e julgamentos de eventos contábeis, a exemplo da definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir das estimativas.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Bancos - contas correntes	513,12	1.009,52
Aplicações Financeiras	26.130,87	63.457,33
	26.643,99	64.466,85

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancários - CDI, e fundo de investimento de renda fixa, contratadas em bancos de primeira linha. Essas aplicações são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A movimentação das aplicações financeiras é demonstrada a seguir:

	2022	2021
Saldo inicial	63.457,33	62.794,55
Aplicações	-	63.379,66
Rendimento líquido	226,13	1.255,72
Resgates	37.552,59	63.972,60
Saldo final	26.130,87	63.457,33

4. OUTROS EMPRÉSTIMOS A RECEBER

	2022	2021
Outros empréstimos a receber	2.726.770,36	2.726.770,36
	2.726.770,36	2.726.770,36

5. IMOBILIZADO

	2022		2021		
	Custo	Depreciação Acumulada	Custo	Depreciação Acumulada	Taxas anuais de depreciação %
Terrenos	170.164,48	-	170.164,48	-	-
Edificações	806.654,72	806.654,72	806.654,72	806.654,72	10
Máquinas e Equipamentos	266.415,18	266.415,18	266.415,18	266.415,18	10
Móveis e Utensílios	254.350,21	254.350,21	254.350,21	254.350,21	10
	1.497.584,59	1.327.420,11	1.497.584,59	1.327.420,11	

De acordo com o CPC 27 e ICPC 10, a Companhia optou por não reavaliar seus ativos imobilizados na data de transição pelo valor justo, optando por manter o custo de aquisição do imobilizado, não possuindo diferença significativa entre os valores contábeis dos bens registrados nas demonstrações financeiras e os seus respectivos valores justos.

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

6. FORNECEDORES

Possui giro médio de 28 dias, compreendendo contas a pagar a fornecedores e prestadores de serviço de assessoria e consultoria, dentre outros prestadores de serviços.

7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2022	2021
Empréstimos e financiamentos	-	2.000,00
	-	2.000,00

8. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

	2022	2021
Tributos federais	6.634,44	-
	6.634,44	-

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES

	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita bruta sujeita ao percentual de 8%	-	-	-	-

	2022	2021
Receita bruta sujeita ao percentual de 32%	160.000,00	160.000,00
Resultado da receita bruta ajustado	51.200,00	51.200,00
Rendimentos e ganhos líquidos renda fixa	116,61	116,61
Demais Receitas	-	-
Alíquota de 15% e 9% respectivamente	(7.697,49)	(4.618,50)
Adicional federal 10%	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(7.697,49)	(4.618,50)

O regime de tributação da companhia é o Lucro Presumido.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social** - Em 31 de dezembro de 2022, o capital social é de R\$ 1,00, composto por 2.717.000 ações ordinárias, com direito a voto e sem valor.

b) **Dividendos e juros sobre capital próprio** - Aos acionistas são destinados dividendos mínimos de 6% do resultado de cada exercício, depois de constituída a reserva legal de 5% do lucro líquido até o limite de 20% do capital social integralizado.

Assegurados aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório, a Administração terá direito a uma gratificação que não excederá a 15% do lucro líquido.

Em 2021 e 2022, a Administração não propôs o pagamento de dividendos sobre o lucro líquido do exercício, juros sobre capital próprio e nem pagamento de gratificação aos administradores.

c) **Reserva de investimentos** - De acordo com o previsto na Lei nº 11.638/98, art. 194 à 197, a Administração não constituiu reserva de investimentos, tendo em vista o prejuízo apurado em 2021 e 2022.

11. RECEITA OPERACIONAL

A seguir, a composição da receita operacional bruta:

	2022	2021
Locação de bens	160.000,00	-
	160.000,00	-

Segue abaixo a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	2022	2021
Receita bruta	160.000,00	-
Impostos sobre vendas	(5.840,00)	-
	154.160,00	-

(*) Os impostos sobre vendas são PIS e COFINS.

12. INFORMAÇÃO SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	2022	2021
Serviços de terceiros	(183.319,15)	(26.723,00)
Utilidades e Serviços	(33,00)	(73,00)
Impostos, taxas e contribuições	(606,00)	(1.113,40)
Outras despesas	-	(6.957,57)
	(183.958,15)	(34.866,97)

Classificados como:

	2022	2021
Despesas gerais		

de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento de duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento. Adicionalmente, há análises específicas e normas aprovadas pela Administração para a aplicação financeira em instituições financeiras com boas avaliações de rating pelas agências e os tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro, buscando uma aplicação de forma conservadora e seguros.

b) **Instrumentos financeiros**
A Companhia possui os seguintes principais instrumentos financeiros classificados em:

i. Contas a receber, contas a pagar e aplicações financeiras
Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber, contas a pagar e também as aplicações financeiras mantidas pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

16. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
A Administração da Companhia aprovou as demonstrações financeiras em 15 de março de 2023.

Guilherme Döring da Cunha Pereira
Diretor Presidente

Fernando de Oliveira Rosa
Contador - CRC/PR 037811/O-6



Anuncie suas atas e editais aqui, ligue:

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

TRIBUNA

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

A **Manupackaging Fitasa do Brasil S/A**, torna público que **recebeu** da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba a Renovação da Licença de Operação, válida até 22 de Março de 2025 para Fabricação de embalagens de material plástico, adesivos e selantes, Impressão de Material para outros usos, Com. Atacadista de embalagens, máquinas, equipamentos e outros produtos não especificados anteriormente, situada à Rua Emílio Romani, 1250 – CIC – CEP: 81.460-020.

CONSÓRCIO CONSERVAÇÃO LESTE

O **Consórcio CE NORTE LB**, inscrito no CNPJ nº 50.097.852/0001-17, composto pelas empresas **COMPASA DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO**, inscrita no CNPJ nº 01.382.022/0001-26 e **ELLENCO CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 72.183.486/0001-51, informa a quem possa interessar, que arquivou seu registro de constituição na Junta Comercial do Estado do PARANÁ - (PR), sob o nº NIRE 41500355511, na data de 27 de março de 2023 às 15:13.



AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a operacionalização e manutenção de 01 (uma) Unidade de Suporte Avançado – USA/ALPHA para atendimento móvel de urgência e emergência à população na área de abrangência dos municípios da **Microrregião Norte** composta pelos municípios de Adrianópolis, Almirante Tamandaré, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul, Tunas do Paraná e operacionalização e manutenção de Unidades de Suporte Básico – USB/BRAVO para atendimento móvel de urgência e emergência à população na área de abrangência dos municípios Adrianópolis, Almirante Tamandaré, Cerro Azul, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná, sendo todos estes municípios pertencentes do SAMU Metropolitano, conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** A partir das 16h00 do dia 29/03/2023 às 08h15min do dia 13/04/2023, horário de Brasília (DF). **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA:** dia 13/04/2023 às 09h. **LOCAL:** www.licitacoes-e.com.br – “acesso identificado”. **VALOR TOTAL GLOBAL ESTIMADO:** R\$ 7.915.723,92 (sete milhões novecentos e quinze mil setecentos e vinte e três reais e noventa e dois centavos). O edital está disponível para **download** no Portal de Transparência: www.comespsaude.com.br e plataforma do Banco do Brasil: www.licitacoes-e.com.br - Nº 994281. **INFORMAÇÕES:** Quaisquer dúvidas oriundas do presente edital poderão ser dirimidas pelo e-mail licitacao@comespsaude.com.br, ou pelo telefone (41) 3154-5002 ou 3154-5010, nos dias úteis das 09h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. POLYANA RODRIGUES PEDRO MACEDO - PREGOEIRA DO COMESP

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL



AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO – PRORROGAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 004/2021-SMSAN

A Prefeitura Municipal de Curitiba, através da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional mediante ato da Comissão Especial de Chamamento Público, nomeada pela Portaria nº 2/2023-SMSAN, torna público que fica PRORROGADO o edital de Chamamento Público, acima numerado, por mais 12 (doze) meses, e que estará recebendo a documentação referente ao credenciamento para a contratação de empresas operadoras de “cartão alimentação” e “cartão benefício”, para prestação de serviços nos Armazéns da Família, consoante Processo Administrativo nº 01-018113/2021, em conformidade com as Leis Federais nº 8.666/93 e 14.133/2021, Decretos Municipais nº 610/2019 e 329/2021 e com fulcro no artigo 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93: **OBJETO:** Credenciamento de empresas operadoras de “cartão alimentação” e “cartão benefício”, para prestação de serviços nos Armazéns da Família.

1 - O edital e seus anexos poderão ser obtidos pelo portal da Prefeitura Municipal de Curitiba no endereço (<https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/chamamentos-publicos-2021/3188>) ou ainda, por solicitação formal, no endereço eletrônico: cplsmsan@curitiba.pr.gov.br

2 – Os documentos poderão ser entregues na Rua Dr. Pedrosa, 257, 6º andar, salas 601/602, Bairro Centro, CEP: 80.420-120, Curitiba/PR, das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30, e ou no endereço eletrônico: cplsmsan@curitiba.pr.gov.br, em arquivos com formato/extensão “.pdf”.

3 – Nos termos do item “7 – Locais de Prestação do Serviço” do Anexo I – Termo de Referência do instrumento convocatório, fica incluído, além dos locais informados no Aviso de Chamamento Público – Prorrogação, publicado em 29/04/2022, o seguinte local:

RELAÇÃO DE ENDEREÇOS DOS ARMAZÉNS DA FAMÍLIA					
...	ARMAZÉM	ENDEREÇO	BAIRRO	CEP	MUNICÍPIO
48	DOUTOR ULYSSES	RUA PEDRO GABRIEL DO NASCIMENTO, 95	CENTRO	83590-000	DOUTOR ULYSSES

Curitiba, 29 de março de 2023

André Luiz da Motta Bezerra
Presidente da Comissão Especial de Chamamento Público
Portaria nº 2/2023-SMSAN

PROJUDI - Processo: 0007494-94.2020.8.16.0194 - Ref. mov. 236.1 - Assinado digitalmente por Franciele Cit:16700

22/03/2023: EXPEDIÇÃO DE EDITAL/CITAÇÃO. Arg: EDITAL



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
JUÍZO DE DIREITO DA VIGÉSIMA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL
DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PR
Rua Mateus Leme, nº. 1.142, 9º andar - CEP 80530-010 – email - 20varacivel@gmail.com

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO: SESSENTA (60) DIAS

A DOUTORA FRANCIELE CIT MMA. JUÍZA DE DIREITO DA VIGÉSIMA VARA CÍVEL DE CURITIBA, PARANÁ, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Cartório da Vigésima Vara Cível se processam os termos da ação de usucapião nº. **0007494-94.2020.8.16.0194** requerida por ARI FERNANDES VALENTIM E OUTRA em face de NARCISA CALIXTO DE CAMARGO e, em atendimento ao que dos autos consta, ficam, **Maria de Lourdes Calixto; Pedro Calixto; Domingas Calixto; Maria Alice Ferreira de Mello Mario Henrique Ferreira de Mello; Maria Inez Ferreira de Mello; Ana Ferreira de Mello; Joana Ferreira de Mello; Noeli Ferreira de Mello; Angelica Ferreira de Mello; Maria Alice Ferreira de Mello; Maria Inês Ferreira de Mello, bem como, de todos os requeridos incertos e desconhecidos, ausentes e demais interessados, bem como de herdeiros ou sucessores da Sra Narcisca Calixto de Camargo** CIDADOS, para os termos da ação, cuja peça inicial e despacho abaixo transcritos, podendo, querendo, no prazo de QUINZE (15) DIAS ÚTEIS, contados da data do término do prazo do edital, contestar, sob pena de não o fazendo, presumirem-se aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora (artigo 344 do Código de Processo Civil). RESUMO DA INICIAL: “Ari Fernandes Valentim e Lucia Bamberg Valentim mantém, há mais de 10 (dez) anos (considerando-se a posse de seus antecessores (art. 1.243, do CC)), a posse mansa, pacífica e contínua, sem oposição e com “animus domini”, com justo título e de boa-fé, sobre parte ideal de 1000 m², imóvel este situado na Rua Ernesto Luiz Pellanda, nº 35, Ganchinho, Curitiba, Paraná, CEP: 81.930-400, de propriedade de Narcisca Calixto de Camargo (constante do carnê de IPTU). A referida posse foi exercida inicialmente por Maria de Lourdes Pereira, a qual vendeu o direito de posse sobre o imóvel à Antonio de Chaves Alves 13/11/2007. Por sua vez, Antonio de Chaves Alves e sua esposa Joana do Rocio Artener Alves, venderam o seu direito de posse da área à Rita e Cassia Paiva Pereira em 01/07/2011, a qual veio a vender novamente a posse em 13/08/2015, à Luiz Viomar Costa, que em 22/02/2018, firmou com os Autores, Instrumento Particular de Permuta de Imóveis, passando aos Autores os direitos possessórios sobre os 1.000m² do imóvel usucapiendo. Desde então, assumiram a total responsabilidade pelo pagamento de impostos correspondentes à faixa de terra que possuem, ainda que lançados pelos poderes competentes em nome da antiga proprietária, Sra. Narcisca Calixto de Camargo, bem como, taxas, água, luz e demais emolumentos, fazendo prova por meio de comprovantes de pagamento e certidão negativa de débitos do imóvel. Ou seja, os possuidores desde que entraram no imóvel sempre agiram e continuam agindo, como se fossem os próprios donos, conservando e arcando com todas as despesas necessárias a regular manutenção do imóvel. Ressalta-se, ainda, que os possuidores jamais sofreram qualquer tipo de contestação ou impugnação por parte de quem quer que seja, sendo que são reconhecidos por toda a vizinhança como donos do imóvel, o que os legitima a demandar a competente ação de Usucapião Ordinária, com base no art. 1.242 do Código Civil, a fim de declarar o domínio do imóvel aos seus legítimos possuidores.” (Resumo apresentado pela própria parte). **ADVERTÊNCIA:** Será nomeado curador especial em caso de revelia, art. 257, II do Código de Processo Civil. **OBSERVAÇÃO:** Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é <https://portal.tjpr.jus.br/projudi/>. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). **DESPACHO** Vistos. I) Da citação por edital Diante das diversas diligências realizadas para localização do paradeiro da parte (Oficial de Justiça, AR's, ofícios para as empresas de telefonia, energia elétrica e telecomunicações, bem como busca nos sistemas BacenJud, Renajud e Infojud) e da tentativa negativa de citação, fica deferida a citação por edital, com prazo de 60 (sessenta) dias e conforme o art. 257 do CPC. Deverá constar do edital a advertência de que será nomeado curador especial em caso de revelia. Não havendo as ferramentas previstas no art. 257, II, do CPC, a publicação do edital pelo Cartório será feita por afixação do mesmo no quadro de avisos da vara e no Diário Oficial. Caberá à parte autora comprovar a publicação do edital em jornal local no prazo de 30 (trinta) dias, conforme o art. 257, parágrafo único, do CPC. II) Decurso do prazo Estando em ordem a citação por edital, e esgotado o prazo de 60 (sessenta) dias, fica nomeada a Defensoria do Estado do Paraná para apresentar eventual defesa no prazo de 15 (quinze) dias, abrindo-se vistas dos autos ao Órgão. Intimações e diligências necessárias. Curitiba, 10 de janeiro de 2023. Franciele Cit. Juíza de Direito Substituta. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam de futuro alegar ignorância, mandou expedir o presente que será publicado e afixado na forma da Lei. Curitiba, 16 de fevereiro de 2023. Eu, analista judiciária, que o digitei, subscrevo e assino por determinação do MM. Juiz (Portaria 001/2016).

Amanda Rosa Xavier Lemes
Analista Judiciária

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJ/PROE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PUX8P-8B8U4-QBFSK-Q9H2D



Anuncie suas atas e editais aqui, ligue:

(41) 3321-8531

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

TRIBUNA

QUER ANUNCIAR?

SEU NEGÓCIO NO IMPRESSO E NO DIGITAL

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

TRIBUNA

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal Tribuna do Paraná

GUARDA MUNICIPAL



Aniele Nascimento/Arquivo

FALECIMENTOS

Rose do Rocio Damasceno, 66 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal do Água Verde.

Benedita Lima da Silva, 66 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Vertical.

Davi Vianna de Santana, 20 horas, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal do Boqueirão.

Diego Alves Garratini, 32 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Parque São Pedro.

Sinésio Antônio Alves Mota, 68 anos, sepultamento hoje, no Crematório Vertical.

Romirte Trevisan Artigas, 89 anos, sepultamento hoje, no Crematório Vaticano (Alm. Tamandaré).

Aidê Marlene de Oliveira Andrade, 76 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Parque Iguaçú.

Eleny Siqueira Martins, 52 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Vertical.

Laura Izabel dos Santos, 81 anos, sepultamento hoje, no Crematório Vertical.

Amauri Loch, 60 anos, sepultamento hoje, no Crematório Vaticano (Alm. Tamandaré).

Noel Francisco da Silva, 74 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Jardim da Saudade (Pinhais).

Domingos Antônio de Arcega, 82 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Memorial da Vida (S.J.Pinhais).

Mariano Graboski, 82 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Parque das Araucárias (Colombo).

Ilaércio Maia dos Santos, 58 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Parque Senhor do Bonfim (S.J.Pinhais).

Meckson Edmundo Sierpien, 30 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal do Boqueirão.

Saulo Alves Ramos, 71 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Parque São Pedro.

“VIDA DESTRUÍDA”

Morte de adolescente em Curitiba pela GM é investigada pela Polícia Civil

Redação
jornalismo@tribunadoparana.com.br

A morte do adolescente Caio José Ferreira de Souza Lemes, de 17 anos, baleado pela Guarda Municipal de Curitiba no último sábado, passou a ser investigada pela Polícia Civil.

Segundo consta no boletim de ocorrência, Caio e amigos foram abordados pela Guarda Municipal (GM), após uma pessoa denunciar que o grupo estaria vendendo drogas. Ao realizar o patrulhamento, os agentes visualizaram quatro pessoas com as características relatadas pelo denunciante. Ao se aproximar, os jovens teriam fugido.

A partir disso, a perseguição iniciou. Dois policiais a

pé e um com a viatura. Com o veículo, Caio é cercado e faz um gesto indicando que iria se deitar. No boletim de ocorrência, o guarda relata que Caio tirou do boné uma faca. Ao perceber a faca, o agente disparou com uma arma de fogo. O adolescente foi socorrido, mas não resistiu aos ferimentos.

Ainda segundo o agente, na calça de Caio teria dois tabletes de substância parecida com maconha, um celular e um cartão transporte. A arma de fogo usada na abordagem foi entregue à Central de Flagrantes da Polícia Civil. No boletim de ocorrência, não existe a citação de quantos disparos

foram realizados.

Família pede investigação

Claudio Lemes, pai de Caio, disse em entrevista para a RPC, que vai buscar respostas sobre o ocorrido. “Eu preciso saber o que houve com o meu filho, só isso que eu quero, porque tiraram a vida do meu filho, um garoto de 17 anos, que tinha uma vida inteira pela frente. Eu só quero saber como aconteceu, o que houve, eu só quero respostas, a minha vida está destruída”, desabafou Lemes que ainda citou que Caio é de uma família estruturada, e nunca teve envolvido com a criminalidade. Caio estudava o

Colégio Julia Wanderley, em Curitiba, e foi enterrado no último domingo, em Ponta Grossa, na região dos Campos Gerais.

André Romero, advogado que representa a família do Caio, pediu imagens de monitoramento de alguns imóveis da região. O caso é investigado pelo 11º Distrito Policial.

Em nota, a Guarda Municipal lamentou a morte, informou que o caso é investigado pela Polícia Civil, e que a Corregedoria abriu procedimento para apurar a conduta dos policiais. Os agentes estão afastados das atividades operacionais até a conclusão do processo.

ATAS E EDITAIS

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO. EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2023. UASG Nº 987693. PROCESSO Nº 364/2023. Tipo de Licitação: MENOR PREÇO POR ITEM. Data da realização: **12 de ABRIL de 2023. Abertura da Sessão: 14h00 horas.** Local: www.gov.br/compras/pt-br. O Município de Mariópolis/PR, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal Mario Eduardo Lopes Paulek que o presente instrumento subscreve e pelo Pregoeiro Oficial da municipalidade Francisco Valdomiro Bueno, tornam público que se encontra aberto, certame licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 11/2023, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM – Processo n.º 364/2022, objetivando a aquisição de equipamentos e materiais para promover a revitalização da cadeia produtiva de uva, conforme Convênio nº 304/2022, firmado junto à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, que faz parte do edital, que será regido pela Lei Federal n.º 10.520/2002, Decreto Municipal nº 38/2020, Decreto Municipal nº 006/2008, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014, Decreto nº 8.538/2015, Lei Municipal Complementar nº 41/2009, Decreto Municipal nº 36/2010, aplicando-se, ainda, subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal n.º 8.666/1993, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, realizará LICITAÇÃO COM COTA RESERVADA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE E AMPLA PARTICIPAÇÃO. As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante. Os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos conforme mencionado no edital, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame no site www.gov.br/compras/pt-br. A sessão de processamento do Pregão será realizada eletronicamente no site: www.gov.br/compras/pt-br, iniciando-se no dia 12/04/2023 às 14h00 horas e será conduzida pelo Pregoeiro Oficial com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe. INFORMAÇÃO/EDITAL: O Edital de Pregão Eletrônico nº 11/2023 completo encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitação do Paço Municipal – Rua Seis, nº 1030 - Centro – CEP: 85.525-000 – Mariópolis, Estado do Paraná, no horário de expediente, de Segunda a Sexta-Feira entre as 08h00 às 11h30min e das 13h00 às 17h00, E-mail: francisco.bueno@mariopolis.pr.gov.br, Portal Transparência do Município ou pelos sites www.mariopolis.pr.gov.br, na aba licitações – Pregão Eletrônico e www.gov.br/compras/pt-br - UASG Nº 987693. Mariópolis/PR, 28 de Março de 2023. Mario Eduardo Lopes Paulek - Prefeito Municipal.

FEDERAÇÃO PARANAENSE DE FUTEBOL

CNPJ 76.681.550/0001-85
Edital de Convocação

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocadas as Entidades de Prática Desportiva e Ligas filiadas à Federação Paranaense de Futebol (FPF), na pessoa de seus Presidentes ou substitutos legais, na forma prevista no Estatuto da FPF, para Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia **17/04/2023** (dezessete de abril de dois mil e vinte três), na Rua Herbert Neal, 148, em Curitiba – PR (sede da Federação Paranaense de Futebol – Auditório do TJDP), às 17h (dezessete horas) em primeira convocação, com a presença da maioria dos membros aptos, e em segunda convocação às 17h30min (dezessete horas e trinta minutos), com qualquer número de membros aptos presentes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1 - Discutir e votar o relatório, as contas e o Balanço Anual das atividades administrativas e financeiras do exercício de 2022 (art. 7º, I, alínea “a”);

Poderão participar da Assembleia Geral Ordinária, os membros aptos que atendam as previsões do art. 6º, § 1º, § 2º e incisos do Estatuto da FPF.

A partir da publicação deste Edital, a relação dos membros aptos com direito a voto estará à disposição no Boletim Oficial do sítio eletrônico da FPF e será atualizada nos dias 03/04/2023, 06/04/2023, 10/04/2023 e 13/04/2023 (última atualização).

Todos os documentos contábeis e demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2022, além do relatório de atividades se encontram na Tesouraria da FPF, para consulta dos membros aptos a participarem da Assembleia Geral Ordinária, nos termos do Estatuto da FPF, em horário de funcionamento da Entidade (das 13h00min às 19h00min). A consulta deverá ser previamente agendada pelo e-mail financeiro@federacaopr.com.br, para melhor organização e comodidade do filiado.

Curitiba, 29 de março de 2023.

HÉLIO PEREIRA CURY
Presidente

TBR290323 pdf

Código do documento 912c3024-add2-45f2-82de-b4e484375126



Assinaturas



EDITORA O ESTADO DO PARANA SA
Certificado Digital
tppubleg@tribunadoparana.com.br
Assinou

Eventos do documento

28 Mar 2023, 22:08:52

Documento 912c3024-add2-45f2-82de-b4e484375126 **criado** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email:tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2023-03-28T22:08:52-03:00

28 Mar 2023, 22:09:54

Assinaturas **iniciadas** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2023-03-28T22:09:54-03:00

28 Mar 2023, 22:10:40

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA O ESTADO DO PARANA SA **Assinou** Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. IP: 191.177.64.110 (bfb1406e.virtua.com.br porta: 64346). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Certisign Certificadora Digital S.A.,OU=AC Certisign Multipla G7,OU=A1,CN=EDITORA O ESTADO DO PARANA SA. - DATE_ATOM: 2023-03-28T22:10:40-03:00

Hash do documento original

(SHA256):bdd6f85a96e1d73f8521f886fb7296d139d436a16ba1b768121d8f2f244023ba

(SHA512):73c0ca1c9f17fbaf9111b837e15c98b90c1dd07ee4e6634951834f2cfd031c2d096439080a76677b0fb1f02eaa96b44b0e006e600c76a3da407b5b20cd51c71b

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign